



Jornal das COMUNICAÇÕES

Nº. 11/17 – 20 NOVEMBRO 2017

TEMPO ANTENA – RÁDIO
⇒ P.12

ASSÉDIO SEXUAL
E MORAL NO LOCAL
DE TRABALHO
⇒ P.10,11

EDITORIAL

Continuamos empenhados em melhorar cada vez mais a nossa intervenção sindical com base nos nossos princípios - **Autonomia e independência ao serviço dos trabalhadores das Comunicações.**

O nosso Jornal das Comunicações, que mantemos em **edição mensal ao longo de vários anos** tem sido uma **ferramenta importante, de informação e divulgação da nossa actividade** sindical.

A nossa responsabilidade é cada vez maior, tendo em conta a complexidade do Sector das Comunicações e as alterações ocorridas ao longo dos anos e as implicações nas relações laborais.

O SICOMP, um sindicato experiente e responsável, tem sabido vencer essas dificuldades, não se deixando envolver **em situações demagógicas ou populistas** ao serviço de interesses político-partidários (CGTP/UGT) ou outros, que **arrastam os trabalhadores para caminhos sem saída.**

Com mais esta edição continuamos a garantir uma proximidade cada vez maior aos nossos associados e trabalhadores em geral, **pelo que os convidamos a uma leitura atenta sobre o seu conteúdo** ■



Notícias ⇒ 5,6

REUNIÃO
DA DIREÇÃO NACIONAL
DO SICOMP – 8 DE
NOVEMBRO 2017 ⇒ P.2

NAS EMPRESAS DO SETOR ABRANGIDAS POR INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLETIVA (IRCT)



**SICOMP, PROPÕE AUMENTO
IGUAL NOS VENCIMENTOS
PARA TODOS OS
TRABALHADORES, COM
EFEITOS A 1 DE JANEIRO
DE 2018**



RTP



€ 30,00
MENSAIS

INTERVENÇÃO SINDICAL DO SICOMP
NAS EMPRESAS DO SETOR DAS
COMUNICAÇÕES ⇒ P.7,8,9

⁴ **OPINIÃO** • EXCLUSÃO DE REPRESENTANTES DOS
TRABALHADORES CONDUZ AO FORTALECIMENTO
DAS ENTIDADES EMPREGADORAS ⇒ P.3,4



- 1. CONTRATAÇÃO COLETIVA;**
- 2. RELAÇÕES LABORAIS, PROFISSIONAIS, SOCIAIS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E OUTRAS;**
- 3. DINAMIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL REGIONAL E LOCAL;**
- 4. ATIVIDADE LOGÍSTICA E ADMINISTRATIVA;**
- 5. INFORMAÇÃO E MARKETING DO SICOMP;**
- 6. RTP – TEMPOS DE ANTENA (RÁDIO E TELEVISÃO);**
- 7. APOIO SOCIAL E CULTURAL;**
- 8. RELAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS**

No dia 8 de Novembro de 2017, reuniu a Direção Nacional, nas suas instalações em Lisboa, para deliberar entre outros assuntos, nomeadamente o Orçamento para 2018, por forma a que venha a permitir suportar o Plano de Actividades a desenvolver pelo Sindicato, com 8 pontos, que têm como objectivo central encontrar as melhores soluções que sirvam os interesses legítimos dos trabalhadores do Sector das Comunicações e em particular os nossos associados.





EXCLUSÃO DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES CONDUZ AO FORTALECIMENTO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS

Luis Rijo - Vice-Presidente da Direção Nacional

O SICOMP não escolhe entidades empregadoras, nem quem as representa, como já por várias vezes o temos afirmado e escrito, e por maioria de razão **não privilegia interlocutores entre as organizações representativas de trabalhadores**, seus pares, e muito menos os seus representantes. **Respeitamos e valoramos a autonomia e independência de todas as partes.** Sentimo-nos livres para divergir, e **aceitamos ser contraditados**, sempre tendo a persecução da defesa dos direitos e legítimos interesses dos trabalhadores como objectivo central.

Como organização representativa de trabalhadores, e dizemo-lo com toda a transparência e o rigor que nos caracteriza, pouco nos importa, por exemplo, saber de entre os sindicatos filiados na CGTP-IN, e no caso da ALTICE/PT/MEO são três, quem mais ordena, e quem mais é trazido à estampa semanalmente, à 5ª feira, no Jornal Avante, e quem exerce a liderança da célula do PCP na ALTICE/PT/MEO. Se é de dentro ou de fora da empresa. O mesmo podíamos dizer relativamente a Sindicatos filiados na UGT ou na USI (de que o SICOMP faz parte), ou daqueles que nenhuma filiação têm em qualquer Confederação Sindical, ou de outras tendências político-sindicais organizadas.

Pouco nos importa, se à semelhança da Autoeuropa, alguma(s) divergência(s) existe(m), ou possa(m) existir, entre sindicatos, transportando para uma luta que devia ser por melhores e mais condignas condições de trabalho disputas político-partidárias entre PCP e Bloco de Esquerda.

O que nos importa verdadeiramente, e nos preocupa seriamente, é que eventuais discrepâncias pela hegemonia entre estruturas colectivas representativas de trabalhadores, e dentro destas entre os seus dirigentes, venham a ter como resultado o enfraquecimento da parte dos trabalhadores em favor dos empregadores, vendo estes nestas contradições um terreno fértil para a imposição das suas estratégias de domínio da vontade sobre os trabalhadores.

Dizer ainda que há representações colectivas de trabalhadores com papéis distintos a desempenhar. Assim uma **Comissão de Trabalhadores**, cujos **representados são todos os trabalhadores de uma mesma empresa**, representa-os a todos, e a todos deve respeitar, **participando nos processos de reestruturação das empresas**, nos planos de formação profissional, **contribuir para a elaboração da legislação laboral**, entre outras missões de gestão – Artº 423º, do Código do Trabalho. Já aos **Sindicatos**, que **representam os seus associados**, têm como missões principais **participar na celebração de convenções colectivas de trabalho, e são os únicos a poder fazê-lo, participar na elaboração da legislação laboral, “participar nos processos de reestruturação da empresa, especialmente no respeitante a acções de formação ou quando ocorra alteração das condições de trabalho”** – Artº 443º, do Código do trabalho.

Posto isto, referir que se abordamos hoje, e agora, esta problemática da vida e competências das organizações representativas de trabalhadores, é pelos últimos acontecimentos dados a conhecer

publicamente por algumas estruturas de representação colectiva de trabalhadores da ALTICE/PT/MEO.

Dar a conhecer, em rigor, **pedir**, à máxima representante de uma entidade empregadora, que é, neste caso, a CEO da ALTICE/PT/MEO, **que exclua um representante eleito**, democraticamente, pelos trabalhadores **para a Comissão de Trabalhadores**, de participar em reuniões com a Empresa, no mínimo, **é estar perto do cercear a opinião desse representante**, a sua liberdade de intervenção, por mais incómoda que possa ser para os seus pares.

Dar publicidade á exclusão de uma organização sindical de determinado ajuntamento com outras organizações, no mínimo, **é enfraquecer a posição de uma das partes** de um diálogo social, **a sindical**, que se quer tenha a capacidade máxima de intervenção em prol da defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores.

Quem ganha com estas tomadas de posição exclusivas é sempre a parte mais forte, que **é a entidade empregadora**.

Estas situações são tão gravosas, e ferem, por vezes de morte, as representações dos trabalhadores, como uma qualquer organização sindical vir a estar diminuída na apresentação de soluções e aceitação de medidas propostas pelos empregadores, quanto a sua dependência económica possa existir perante uma entidade empregadora, como por exemplo, por empréstimos pedidos e obtidos, o que constitucionalmente – Artº 55º da CRP – e Artºs 405º e 407º do Código do Trabalho, contraria a autonomia e independência sindical, e é crime.

Às entidades empregadoras convém-lhes estas dissonâncias numa estratégia de dividir para reinar. O SICOMP deve esperar e desejar que não seja este o caso da gestão da ALTICE /PT/MEO, pela responsabilidade que a Empresa e o Grupo têm no sector, em Portugal e internacionalmente, **pela chantagem que estas situações configuram**.

O SICOMP deverá reafirmar, e nunca será demais (re)escrevê-lo, que **reunirá com quaisquer empregadores**, com quaisquer representantes seus, **com quaisquer pares sindicais ou Comissão de Trabalhadores**, sem destrinça ou escolha de representantes, **bastando a observância de uma de duas condições**, a saber, **ser convidado ou convocado** para as reuniões.

O SICOMP nunca deverá agir com quaisquer reservas mentais sobre quem é o quê. O SICOMP deverá saber ouvir, saber expor, saber dialogar, sempre na procura das soluções que melhor se enquadrem na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, **pelo engrandecimento pessoal, profissional e social**.

O SICOMP como associação democrática, autónoma e independente, rigorosa e transparente, **deverá ser sempre a solução, nunca o problema**.

**PELO RIGOR
PELA TRANSPARÊNCIA
VIVA O SINDICALISMO
DEMOCRÁTICO, AUTÓNOMO
E INDEPENDENTE**





NOTÍCIAS DA USI – UNIÃO DOS SINDICATOS INDEPENDENTES



ASSEMBLEIA GERAL ELECTIVA

Realizou-se no passado **dia 17 de Novembro**, nas **Residências Assistidas SAMS Quadros (Bancários)**, em **Bicesse, Cascais**, o **2º Congresso da confederação sindical União dos Sindicatos Independentes**. Da primeira parte dos trabalhos desta assembleia geral dos sindicatos filiados constava a **eleição dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2017/2021**. Foram eleitos os membros da lista única que se apresentou à eleição, tendo-se registado um voto branco e todos os restantes na lista A. Foram reeleitos o Presidente da Comissão Executiva, **Paulo Marcos**, e o Secretário-Geral, **Eduardo Teixeira**, ambos do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB). Do SICOMP, o Presidente do Conselho Geral, **Carlos Vicente**, manteve o cargo de **Secretário-Geral Adjunto**, o Presidente da Direcção Nacional, **Victor Martins**, foi reeleito **Presidente do Conselho de Disciplina**, e o Vice-Presidente da Direcção Nacional, **Luís Rijo**, foi eleito, **como vogal, para a Comissão Executiva**.



CONGRESSO TEMÁTICO

“As novas formas de Organização do Trabalho no Séc. XXI – impactos na contratação colectiva, no direito laboral, e na Concertação Social”.

Nesta parte do 2º Congresso da USI, o tema proposto à apresentação e debate foi ***“As novas formas de Organização do Trabalho no Séc. XXI – impactos na contratação colectiva, no direito laboral, e na Concertação Social”***. Do que aqui se tratou foi dos avanços da introdução da Robótica e da Inteligência Artificial no mundo do trabalho. É da maior actualidade as organizações sindicais trazerem para as suas grandes preocupações, para o debate, os efeitos dos desenvolvimentos, ***cada vez com mais e maiores implicações***, do aparecimento de Shofias, de vir a haver voos não tripulados em cidades, como pretende a **Uber**, em parceria com a NASA, ou de ter carros autónomos como pretende e está a **testar a Intel**. A imaginação e a ficção de outrora está hoje cada vez mais próxima da realidade dos dias contemporâneos. ***Os avanços tecnológicos, tal como a internet, vão mudar as relações de forças tal como as conhecemos até hoje***. As pessoas mais do que ser substituídas por máquinas, que o são já nos nossos dias, vão ser imitadas por personagens tecnológicas autónomas. Que profissões vão desaparecer? Como vão ser regulados os efeitos e os usos desses robots artificialmente inteligentes? Quais os limites a impôr? ***Como vão interagir trabalhadores e robots?*** Até onde irá a autonomia e independência destas “pessoas electrónicas”? Estávamos habituados a robots que cumpriam ordens, mas vamos passar a ter robots que tomam decisões e acumulam experiências, melhorando as suas capacidades de actuação, de acção. Os Robots vão ter direitos? Que tipo de personalidade, de estatuto, lhes virá a ser reconhecida? E que responsabilidades? ***Os Robots manter-se-ão ao serviço do Homem? O Direito como regulador dos interesses*** e das coisas, e como resolutor de conflitos, tem de ter aqui ***um enorme papel a desenvolver***. A Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu, atenta a toda esta problemática, apresentou um relatório, em 31 de Maio de 2016, que continha uma proposta de resolução, que veio a ser adoptada pelo PE em 16 de Fevereiro de 2017, e em que ***“Insta a Comissão e os Estados-Membros a promoverem programas de investigação, a incentivarem a investigação sobre os possíveis riscos e oportunidades a longo prazo das tecnologias no domínio da robótica e da IA e a promoverem um diálogo público estruturado sobre as implicações do desenvolvimento dessas tecnologias o mais rapidamente possível.”*** Estão aqui em causa disposições de Direito Civil sobre robótica, e o Direito do Trabalho resistirá?

INTERVENÇÃO SINDICAL DO SICOMP NAS EMPRESAS DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES



TELECOMUNICAÇÕES

TRANSMISSÃO DE EMPRESA OU ESTABELECIMENTO SICOMP REÚNE COM O PEV

O SICOMP, representado pelos Presidentes da Direcção Nacional e do Conselho Geral, **Victor Martins** e **Carlos Vicente**, e pelo Vice-Presidente da Direcção Nacional **Luís Rijo**, reuniu, no passado dia 3 de Novembro, pelas 15,30 horas, na Assembleia da República, com o assessor do PEV – Partido Ecologista os Verdes, **Joaquim Correia**, a fim de sensibilizar este Grupo Parlamentar para a **necessidade de virem a ser alteradas as normas do Código do Trabalho em que está consignada a figura jurídica da Transmissão de empresa ou estabelecimento**, por forma a que esta não mais venha a ser **utilizada abusivamente pelas empresas**, no que à transmissão de unidades económicas diz respeito, **como instrumento libertador de trabalhadores, integrado em políticas de emagrecimento de recursos humanos**.

Foi dada a conhecer e discutida a nossa proposta de alterações na matéria em apreço, como base de trabalho, e **houve coincidências de pontos de vista**, nomeadamente, no que concerne à **consagração da possibilidade do direito de oposição por parte dos trabalhadores**, bem como na **previsão de reversão dos trabalhadores transmitidos**, regresso à entidade empregadora transmitente, em situações em que os transmissários venham a “descartar” esses trabalhadores, por qualquer que venha a ser a forma adoptada (términus da actividade, despedimento colectivo, falência, etc.).



O SICOMP continuará a acompanhar o evoluir da situação, e a intervir nos fóruns que entender poderem vir a ser uma mais valia, de modo a servirem para dar uma resposta positiva às inquietações legítimas dos trabalhadores envolvidos da ALTICE/PT/MEO

Recorde-se que **há quatro projectos de Lei, do BE, PCP, PAN e PS**, que foram votados favoravelmente em Plenário da AR, na generalidade, por aqueles partidos e a que se juntou o PEV, no passado dia 20 de Setembro, e **baixaram à 10ª Comissão Parlamentar, a do Trabalho e Segurança Social**, a fim de serem discutidos e votados na especialidade. Para todos estes projectos já terminaram os períodos de discussão pública.

O SICOMP espera, que **logo a seguir à votação final global do OE2018, venha a ser consensualizado na 10ª Comissão um texto final que venha dar satisfação às expectativas dos trabalhadores da ALTICE/PT/MEO**, que são quem mais têm visto degradado o seu vínculo laboral, colocando em causa a sua estabilidade como assalariados.

O SICOMP continuará a acompanhar o evoluir da situação, e a intervir nos fóruns que entender **poderem vir a ser uma mais valia**, de modo a servirem para dar uma resposta positiva às inquietações legítimas dos trabalhadores envolvidos da ALTICE/PT/MEO.



O SICOMP, entregou no passado dia 10 de Novembro, conforme nosso comunicado nº 10/17, de 12.11.17, uma **proposta de revisão salarial** (tabela salarial – **acréscimo de € 30 (trinta euros) igual para todos** – e **restantes matérias de expressão pecuniária – 4%**), aguardando agora o início do processo negocial, a fim de proporcionar que todos os trabalhadores do Grupo CTT vejam os seus **vencimentos actualizados a partir de 1 de Janeiro de 2018**.

Pretendemos com esta nossa proposta **diminuir a diferenciação existente entre os mais baixos salários e aqueles outros de valor mais elevado**, entendendo nós que as diferenciações existentes se devem fazer por via do (re)posicionamento nas várias carreiras (promoções), e dentro destas pelos níveis nelas contemplados (progressões).

Somos por **uma maior solidariedade entre quem trabalha e dedica o seu esforço em prol do desenvolvimento empresarial**, contribuindo para os melhores objectivos a alcançar.



REESTUTURAÇÃO EM CURSO



O SICOMP vai solicitar uma reunião de urgência com a ADM dos CTT a fim de obter um cabal esclarecimento das motivações das movimentações a estarem a ser efectuadas junto dos trabalhadores, sempre no intuito de melhor salvaguardar os legítimos direitos e interesses desses mesmos trabalhadores.

Foi o SICOMP “surpreendido” no passado dia 15 de Novembro, por uma comunicação da Empresa, às 20H12, titulada de confidencial, mas que já fora objecto de notícias em diversos órgãos de comunicação social desse mesmo dia, por exemplo o Dinheiro Vivo, às 19H17, que encimava o texto com **“Reestruturação da empresa surge depois de uma quebra de 35,9% dos lucros até setembro, para 31,2 milhões de euros”**, e em datas anteriores, para um processo de cessações de contratos de trabalho.

Diz a referida comunicação que estas movimentações não se enquadram no dispositivo legal previsto no Artº 443º, do Código do Trabalho, em que as Associações sindicais têm direito a “... *participar nos processos de reestruturação da empresa, ...*”.

Não temos assim tanto a certeza, bem antes pelo contrário, a serem verdadeiras as notícias já publicadas, o que estará em curso, e o que na realidade se visará é uma reestruturação de departamentos, nomeadamente com o encerramento de estações de correios, e a atribuição desses serviços a empresas de outsourcing, chegando a Empresa a admiti-lo numa conferência com analistas.

Aliás é curioso como no revelado por uma fonte oficial da Empresa à já referida publicação se adiantam números de trabalhadores a contactar, 300, e propostas a serem feitas, sem que nada seja dito na comunicação enviada aos Sindicatos.

Vai o SICOMP solicitar uma reunião de urgência com a ADM dos CTT a fim de obter um cabal esclarecimento das motivações das movimentações a estarem a ser efectuadas junto dos trabalhadores, sempre no intuito de melhor salvaguardar os legítimos direitos e interesses desses mesmos trabalhadores.

O SICOMP desde já está à disposição dos seus associados para prestar todo o apoio que julguem necessitar, e prestar todos os esclarecimentos que se tornem úteis às diversas situações com que se vejam confrontados.

**VIVA O SINDICALISMO AUTÓNOMO
E INDEPENDENTE!
SINDICALIZA-TE NO SICOMP!**



RTP

SICOMP entrega ao CA (Dr. Gonçalo Reis) Proposta de acréscimo salarial para entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2018

Conforme decisão da Direção Executiva do SICOMP – 11 de Outubro de 2017 – e confirmado na reunião da Direção Nacional de 8 de Novembro de 2017, vai ser entregue por mão própria (PMP) no Gabinete do Presidente do CA da RTP, a nossa Proposta de Revisão Salarial para 2018, com base nos € 30 (trinta euros) mensais em igualdade com as propostas apresentadas ao Grupo PT (12 de Outubro de 2017 e Grupo CTT, em 10 de Novembro de 2017).

A proposta do SICOMP elaborada pela Vice – Presidente, **Susana de Faria**, Dirigente Executiva, **Cristina Fidalgo** e com a colaboração do Vice-Presidente **Luis Rijo**, tem todas as condições para a melhoria salarial dos vencimentos atuais dos trabalhadores do Grupo RTP (ex-RTP, ex-RDP e ex-TDP).

PELA ATUALIZAÇÃO SALARIAL NO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

**PREVENÇÃO E
COMBATE
AO ASSÉDIO
NO TRABALHO**

Reforço legal:

**Lei 73/2017,
De 16 de Agosto**

ASSÉDIO MORAL É CRIME

Não se cale, DENUNCIE.



ASSÉDIO MORAL

Significa:

Menosprezar

Fragilizar

Ridicularizar

Humilhar

Inferiorizar

Perseguir

Discriminar

Acusar injustamente

Integrada no ciclo de conferências SABER + promovido pelo Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB), fundador da Confederação Sindical USI – União dos Sindicatos Independentes, realizou-se no passado dia 30 de Outubro, uma conferência cujo tema tratado foi “Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho”, em que foram oradores a Senhora Professora Doutora **Anália Torres**, do ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade

de Lisboa) e coordenadora de um projecto sobre esta temática promovido pela CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e o Senhor Dr. **Franklin Melo**, coordenador do Departamento Jurídico do SNQTB.

Este tema além da importância tida, tanto mais relevância suscitava no seu tratamento quanto havia entrado em vigor nova legislação no dia 1 de Outubro último, pela Lei 73/2017, de 16 de Agosto, que vem reforçar a previsão legal já existente no Código do Trabalho, no seu Artº 29º.

Muito resumidamente diremos que a prática de assédio passou a ser, explicitamente, proibida por Lei, e pode levar a responsabilidade penal. A vítima passou a ter direito a indemnização. O Empregador não pode sancionar nem discriminar o denunciante, nem as testemunhas. O Empregador passou a ser responsável pela reparação dos danos de doenças profissionais causadas pela prática de assédio. O Empregador, tendo sete ou mais trabalhadores, deve adoptar códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho.

Saúda-se o SNQTB pela oportunidade do tratamento do tema. As Associações Sindicais devem estar despertas, atentas e informadas, transmitindo aos seus associados das vicissitudes comportamentais possíveis de afectarem as boas práticas laborais, e perturbarem o normal desempenho dos trabalhadores.

O SICOMP assistiu a esta conferência, estando presentes os seus Dirigentes Nacionais **Carlos Vicente, Victor Martins e Luís Rijo**.


Trataremos este tema, de forma mais desenvolvida, no próximo Jornal.

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

Qual a diferença?

Assédio sexual:
É a abordagem indesejada pelo outro, com intenção sexual ou insistência inoportuna de alguém em posição privilegiada que usa dessa vantagem para obter favores sexuais de subalternos ou dependentes.

Assédio moral:
É toda conduta abusiva que, intencional e frequentemente, fira a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho.



CÓDIGO DO TRABALHO:

Artigos alterados, com entrada em vigor em 01 de Outubro de 2017:

Artº 29º
Artº 127º
Artº 283º
Artº 331º
Artº 349º
Artº 394º
Artº 563º

NOTÍCIAS BREVES

TEMPO DE ANTENA – RÁDIO

DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2017 – 13H45

Como tem acontecido, desde 1994, nos termos da lei, o SICOMP utiliza os Tempos de Antena da Rádio e Televisão anuais para divulgar as suas mensagens do Sindicalismo Autónomo e Independente.

Por isso informamos todos os trabalhadores da mensagem que vai ser divulgada, na Antena 1 – Rádio, na data e hora acima indicada.

**VIVA O SINDICALISMO AUTÓNOMO E INDEPENDENTE
VIVA O SINDICALISMO SÉRIO, RIGOROSO E PRODUTIVO
AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES**

SICOMP
**UM SINDICATO ÁGIL, INTERVENIENTE
E PRODUTIVO**

SINDICALIZA-TE

NO SICOMP

**AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA + AGILIDADE E EFICIÊNCIA SINDICAL + ASSESSORIA
JURÍDICA + QUOTIZAÇÃO MAIS BAIXA – 0,5 % DO VENCIMENTO**

DEFENDE OS TEUS DIREITOS E LEGÍTIMOS INTERESSES



JORNAL DAS COMUNICAÇÕES

Redação e Composição: Rua António Pedro, 125 A – Cave B
1000 – 037 LISBOA

T. 218465151 | sicomp.dne@sapo.pt | www.sicomp.com.pt

Propriedade: SICOMP – Sindicato das Comunicações de Portugal

Diretor: Carlos Vicente